

# Revista do **SESCON RS**

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul



# EDUCAÇÃO

BAIXA QUALIDADE EMPERRA CRESCIMENTO DO PAÍS

Domínio Contábil Plus é um dos softwares que mais evolui no mercado. Ideal para empresas que querem continuar evoluindo também.



Domínio Contábil Plus é atualizado mensalmente de acordo com a legislação dos estados em que está presente. Isso dá ao usuário a segurança de que todas as rotinas executadas estão de acordo com as exigências legais.

[www.dominiosistemas.com.br](http://www.dominiosistemas.com.br) Informações Comerciais: 0800 645 4004

**domínio**  
SISTEMAS

A sua melhor escolha



## SUMÁRIO



**Luiz Carlos Bohn**  
presidente

O Sescon/RS, às vésperas de completar 20 anos de atividade, recebeu uma bela homenagem, o prêmio do Jornal do Comércio 2006, na categoria Entidade Destaque. O troféu é um reconhecimento ao esforço e trabalho da entidade na construção e desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Isso é fruto da dedicação e labuta de todos os colaboradores da entidade, diretoria e representados. É também um estímulo e uma bússola para seguir em frente. No final de abril, tomou posse a nova diretoria da entidade para o triênio 2007-2010. Fomos reconduzidos ao cargo para mais um mandato, junto com parte da antiga diretoria, mas também com a renovação em 40% dos cargos. Será um novo desafio promover a melhoria dos serviços e atividades desenvolvidas pelo Sescon/RS, mas não faltam ânimo e determinação para cumprir a missão. Como tema especial nesta edição, trouxemos a Educação, já que, no Brasil, ela passou a ser um fator de limitação do desenvolvimento do país. As mudanças profundas pelas quais vem passando o mundo, desde a segunda metade do século 20, produziram transformações na prática social e no trabalho. E a educação não pode mais ficar alheia a elas. Em todo o planeta, discute-se o setor educacional, em busca de reformas adequadas às novas exigências. O Brasil não pode ficar atrás. Mais de 60% da população de jovens e adultos brasileiros não têm o ensino fundamental completo, um enorme obstáculo para o exercício pleno da cidadania. Isso resulta em baixa capacidade de realizar tarefas mais complexas que exigem capacidade analítica, por exemplo. Buscamos também nos informar sobre as propostas do ministro do Trabalho, Carlos Luppi, em relação à geração de emprego e desoneração da folha, assunto prioritário no momento. O ministro fala em entrevista exclusiva. Abordamos também a prorrogação do CPMF que o governo federal costura para o próximo semestre. Este imposto encarece a produção nacional de 0,75% a 2,5%, e golpeia mais forte a camada com menos recursos.

**4 ACONTECEU**

**5 GESTÃO**

**7 ECONOMIA**

**8 INFORME TÉCNICO**

**10 ESPECIAL**

**15 GERAL**

**16 ENTREVISTA**

**18 ARTIGO**

**20 NOTÍCIA**

**22 CRÔNICA**

Boa leitura!

# ACONTECEU

08/03

O curso Declaração de Ajuste Anual das Pessoas Físicas – Exercício/2007 transmitiu aos participantes as informações necessárias ao preenchimento dessa Declaração, abordando a legislação aplicada no que se refere aos rendimentos tributáveis, isentos, tributáveis exclusivamente na fonte, apuração de ganho de capital do imposto de renda devido, entre outros. O curso foi ministrado pelo contador e consultor José Fernando Gado Torres.

12/03

Analizar de forma prática o novo sistema de tributação aplicado às microempresas e empresas de pequeno porte a partir da vigência da lei Complementar nº 123 foi o objetivo do curso "Supersimples", ministrado pelo consultor e contador João Roberto Domingues Pinto.

14/03

A Prosoft realizou a palestra sobre "ERP – Gestão de Empresas Contábeis".

20/03

Nesta data foi realizado o curso "Aperfeiçoamento Tributário ICMS – IPI – ISSQN", ministrado pelo advogado e consultor Nilson Gastaldo Guerra.

02/04

"Preparação e Manutenção do Clima e do Ambiente para Trabalho Produtivo e Harmonioso" foi o tema da palestra mensal.

10/04

No curso sobre "Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS" os

participantes aprenderam a analisar e aplicar a GRFF, através da conectividade social, com situações práticas, demonstrações e sistema de falha e via tela.

12/04

Atendendo a várias solicitações, o Sescon/RS realizou novamente o curso "Supersimples", com o consultor e contador João Roberto Domingues Pinto.



07, 08, 09 e 10/05

Formar e capacitar os participantes para a prática das rotinas de departamento pessoal nas empresas de serviços contábeis, estimulando-os ao conhecimento da teoria e da prática das rotinas dos escritórios, foi o objetivo do curso de "Departamento Pessoal – módulo I", ministrado pelo advogado e técnico em contabilidade Luciano Kellermann Livi Biehl.

18/05

O consultor e contador João Roberto Domingues Pinto ministrou o curso "DIPJ".

21, 22, 23 e 24/05

No período foi realizado o módulo II do curso de Departamento Pessoal, ministrado pelo advogado e técnico em contabilidade Luciano Kellermann Livi Biehl.

## EXPEDIENTE



Sindicato dos Empreiros de Serviços Contábeis e das empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Consultoria do Estado do Rio Grande do Sul - SESCON/RS

Rua Augusto Severo, 148  
Fone: (51) 3343-2090 Fax: (51) 3343-2806  
CEP: 90240-000 - Porto Alegre - RS  
[www.sescon-rs.com.br](http://www.sescon-rs.com.br)  
E-mail: [sescon-rs@sescon-rs.com.br](mailto:sescon-rs@sescon-rs.com.br)

## DIRETORIA

**Titulares:**  
Presidente:  
José Roberto Bohn  
Vice-Presidente:  
Jaime Dröslle Schenck

**Dirigentes Administrativos:**  
Brunilda Mazzetto  
Márcia D'Amico  
Márcia Fornari  
Inês Filho  
Waldemir Francisco

**Dirigentes Técnicos:**  
Diego Fernandes  
Dirceu de Almeida do Trabalho  
João Roberto Sartori Piva

**Dirigentes Legais:**  
José Toledo Júnior  
Dirceu Regimbaldo

**Dirigentes Financeiros:**  
José Inácio Della  
Sergio Oliveira Dantas  
Luis Carlos Dalla Costa  
Márcia Oliveira Góes

**Suplentes:**  
José Roberto Lopes Martins  
Cálio Loff  
Carlos Fernando Pellegrini Machado  
Diego Bednorz

**Suplentes:**  
Jorge Luis Bechel  
Wade Henrique Rodrigues

**Maria Francinelli:**  
Teresa Arruda Mozzato  
Lourdes Soledade  
Edvaldo Böhlke da Matta  
João Carlos Miranda  
Jacqueline Ferreira Ribeiro

## CONSELHO FISCAL

**Titulares:**  
Edo Loff  
Cleto Schneider  
Leônio Pacheco

**Suplentes:**  
Maria Rita da Prata  
Hélcio Freitas Teles

## DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

**Titulares:**  
Luis Carlos Bohn  
Jaime Dröslle Schenck

**Suplentes:**  
José Carlos Kibbe  
Antônio Cipriano Alves

## CONSELHO EDITORIAL

**Franco Ottoni Filho:**  
Juiz Carlos Bohn  
João Roberto Sartori Piva  
Maria Rita da Prata  
Jaime Gonçalves



## EDIÇÃO

**Jelto de Comunicar - Comunicação Empresarial, Publicidade e Propaganda Ltda.**  
Rua Dom Lourenço, 471/Asa, 201 - Morro da Morte  
Fax/fax: +55 (51) 3308-2674

[www.jelto.com.br](http://www.jelto.com.br)  
E-mail: [publicidade@jelto.com.br](mailto:publicidade@jelto.com.br)

**Editor responsável:**  
Marcelo Francia (Brag. Prof. 66.11.06)

**Revisão:**  
Teresa Maria Schenck (Brag. Prof. 6240/25/1 HS)  
Carmen Leal

**Projeto Gráfico:**  
Bruno Lammel da Araya

# Sescon/RS contrata INSTITUTO IBOPE

## e traça perfil das empresas de contabilidade

O Sescon/RS realizou no mês de abril uma pesquisa encomendada ao instituto Ibope, que traçou o perfil das empresas de contabilidade. No Rio Grande do Sul são cerca de 4,1 mil empresas, das quais 1,7 mil são geridas por uma única pessoa. As outras são sociedades profissionais com dois ou mais colaboradores e possuem um total de 6.710 empregados.

A maior demanda é por serviços básicos: escrita fiscal (livros fiscais), departamento de recursos humanos (folha de pagamento e encargos) e a contabilidade propriamente dita, obrigatória pela legislação. A contabilidade estabelece uma série de informações que facilitam os usuários na tomada de decisões nas empresas.

O segmento é responsável, por exemplo, pela elaboração da Declaração de Imposto de Renda de uma grande parte de empresas e pessoas físicas, no último caso, cerca de 60% dos informes feitos à Receita Federal, no Rio Grande do Sul, foram elaborados pelos escritórios de contabilidade. O número de declarações previstas para 2007, na média, é de 172 por escritório, sendo que esse número cresce à medida que cresce o porte da empresa de serviços contábeis.

A pesquisa também indicou que a maior parte das empresas de contabilidade representadas pelo Sescon/RS, possuem até 10 funcionários (50% têm até 5). Entretanto, são empresas bem informatizadas, com um computador por funcionário e a área média dos escritórios é de 83m<sup>2</sup>.

Com a moeda sem grandes oscilações e com a crescente informatização de órgãos governamentais de arrecadação e de fiscalização, todas as informações são cruzadas: a Receita Federal do Brasil, a declaração do Imposto de Renda, os documentos de arrecadação federal (DARFs) e as declarações de ajustes.

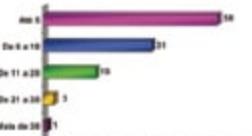
O próximo desafio das empresas de contabilidade são as notas fiscais eletrônicas e o sistema público de digitação eletrônica da escrituração digital (SPED), um avanço sem precedentes na evolução contábil e mudará o perfil das empresas prestadoras de serviços.

Quantidade de computadores nos escritórios



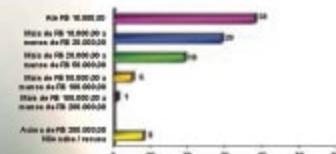
Média: 8 computadores por escritório

Quantidade de funcionários nos escritórios



Média: 7 funcionários por escritório

Faturamento mensal dos escritórios



Média: R\$ 19.509,00 por mês

# Toma posse NOVA DIRETORIA para o período 2007-2010

A posse da nova diretoria do Sescon/RS (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul), reconduziu Luiz Carlos Bahn ao comando da entidade por mais três anos. A solenidade atraiu à sede da Sogipa (Sociedade Ginástica de Porto Alegre), na noite de 10 de maio, empresários, políticos e dezenas de representados. No discurso de posse, Bahn relembrou a trajetória do Sescon/RS e sua importância para o desenvolvimento do Estado. O presidente do Sistema Fecomércio, Flávio Sabadini, federação à qual o Sescon/RS é filiado, afirmou que a atuação

de sindicatos como este contribui para fazer do Rio Grande do Sul um Estado vencedor. A secretária da Administração e dos Recursos Humanos, Maria Leonor Luz Carpes, representou a governadora Yeda Crusius na solenidade e enfatizou o lugar importante que os sindicatos vêm conquistando na sociedade como fiéis defensores dos direitos dos trabalhadores. A posse da nova direção do Sescon/RS ainda foi prestigiada pelo ex-governador Germano Rigotto, pelos deputados estaduais Alberto Oliveira e Bertran Rosado, o vereador João Carlos Nedel, o secretário municipal da Indústria e Comércio, Idenir Cechin e Carlos Castro, presidente da Fenacom.



## Os pobres

# PAGAM MAIS CPMF sem usufruir de nenhum benefício

O governo busca novamente a prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), já que a União não tem como abrir mão de uma arrecadação que representa, na atualidade, 1,5% do PIB. Este ano, ela deve arrecadar R\$ 35 bilhões, mais do que 2006, quando chegou a R\$ 30 bilhões. A Emenda Constitucional nº 42/03 prevê sua cobrança até 31 de dezembro de 2007. As entidades empresariais do país vem se manifestando contra a manutenção da CPMF. Estima-se que a CPMF aumenta o custo final de toda a produção nacional entre 0,75% e 2,5%, o que prejudica sua concorrência com os produtos importados.

De acordo com o economista da Fecomércio, Carlos Cardoso, o mal maior da CPMF é seu efeito em cascata, já que se paga a contribuição em todas as fases de produção e comercialização de um produto. "Ele incide na compra de insumos da produção, bem como na aquisição, por exemplo, de material de limpeza da empresa", exemplifica. Cardoso diz que se os recursos tivessem realmente sido aplicados na proposição inicial, que era a área da saúde, sua retirada poderia ter algum impacto negativo na sociedade, mas como o dinheiro nunca foi empregado para isso, a eliminação da CPMF será, ao contrário, muito positiva. "Com este dinheiro economizado, as empresas teriam mais recursos até para novas postos de trabalho, ou modernização de equipamentos."

O economista destaca também que a contribuição prejudica as pessoas com renda menor, devido ao efeito em cascata. As famílias com renda de até dois salários míni-

mos pagam 1,8%, em média, de CPMF, enquanto quem recebe mais de 30 salários mínimos o percentual fica em 1,2%. Mesmo isentos da CPMF no recebimento dos salários, os trabalhadores arcam com seu custo no que consomem.

Apesar de a CPMF ter sido criada em caráter provisório e com destino certo para o Fundo Nacional da Saúde, depois de 11 anos de sua criação o caráter provisório e destino certo se perderam. A arrecadação da CPMF tem sido usada no amortecimento dos juros da dívida do governo federal, e estados e municípios não recebem nenhuma participação.

A idéia inicial da equipe econômica era prorrogar a CPMF até 2016, mas o governo recuou para apostar na manutenção da cobrança da atual alíquota até 2011. Dessa for-

**"Contribuição deveria melhorar atendimento da saúde, mas nunca foi aplicada para isso."**

ma, haveria menor resistência da oposição no Congresso, que aceita prorrogar o tributo, porém com alíquota decrescente até transformá-lo em mecanismo meramente de fiscalização. A votação deve acontecer no segundo semestre.

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) mantém a cobrança da CPMF em 0,38% e autoriza o governo a gastar livremente até 20% da arrecadação de impostos pelos próximos quatro anos. A prorrogação da CPMF tem sido vital para as finanças públicas. Entre os anos de 1997 e 2007, segundo estudo já publicado, o governo soma mais de R\$ 185 bilhões arrecadados com a CPMF.



# NOVAS REGRAS COMPLEMENTAM NR 17

**Empresas e trabalhadores participaram da elaboração da regulamentação**



A partir de abril de 2007, passaram a vigorar dois novos anexos de Norma Regulamentadora NR 17, um dos quais dedicado às áreas de telemarketing e teleatendimento. Com as regulamentações efetivadas a partir das publicações de Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as empresas, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, passam a ter 180 dias para implementar as complementações e melhorar as condições de trabalho nesses setores.

O cumprimento passará a ser cobrado pelas Delegacias do Trabalho nas fiscalizações, e pelo Ministério Público do Trabalho, após as respectivas publicações. Grupos tripartites foram encarregados de elaborar os três anexos. A novidade, neste caso, é que a norma foi resultado de negociações do setor patronal e os trabalhadores interessados em conjunto com o Ministério do Trabalho. Antes, o MTE simplesmente baixava as NRs para serem acatadas. O consenso da lei deve fazer com que ela seja mais aceita e cumprida.

Cerca de 700 mil empregados que atuam nas áreas de teleatendimento e telemarketing em todo o Brasil devem ser atingidos com as melhorias nas condições de trabalho. O anexo II da Norma Reguladora 17 estabelece critérios de saúde e segurança a serem implementados nas empresas do ramo. Assim, os atendentes e os operadores de telemarketing não poderão trabalhar mais que seis horas diárias; terão direito a duas pausas de dez minutos, referentes a repausa e alimentação. Além disso, o documento prevê o fim do Script, espécie de roteiro que deve ser seguido fielmente nas ligações.

O anexo II da NR 17 contempla principalmente

**O consenso da lei deve fazer com que ela seja mais aceita e cumprida.**



## A regulamentação quer ainda permitir melhor integração dos trabalhadores deficientes ao ambiente de trabalho.

questões ergonômicas, que são os maiores agentes causadores de doença laboral na empresa moderna. Pelos dados da Fundação do MTE, no teleatendimento, por exemplo, o espaço utilizado por cada atendente, em geral, é mínimo, o que limita os movimentos do corpo, comprometendo aspectos ergonômicos, como uma postura saudável. Além de danos físicos, muitos trabalhadores dessa área sofrem ainda com pressão psicológica. A nova determinação também estimulará o uso do Programa de Controle em Medicina e Saúde Ocupacional (PCMSO).

A estrutura mobiliária e equipamentos do posto de trabalho são tratados em outro ponto do anexo. As empresas deverão seguir algumas determinações, como, por exemplo, disponibilizar encosto ajustável, com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar; providenciar monitor de vídeo e teclado que estejam apoiados em superfícies com mecanismos de regulagem independentes, e oferecer gratuitamente conjuntos de microfone e fone de ouvidos (head-sets) individuais, que permitam ao operador a alternância do uso das orelhas ao longo da jornada de trabalho. Os fones deverão ser substituídos sempre que apresentarem defeitos ou desgaste.

A fiscalização do trabalho passou a ter agora respaldo na legislação para exigir adequações em todas as empresas que mantêm serviço de teleatendimento/telemarketing nas modalidades ativo ou receptivo em centrais de atendimento telefônico e/ou centrais de relacionamento com clientes (call centers), para prestação de serviços, informações e comercialização de produtos.

O Anexo também determina que às pessoas com deficiência e às quais cujas medidas antropométricas não sejam atendidas pelas especificações do termo, o mobiliário dos postos de trabalho deve ser adaptado para atender as suas necessidades, e devem estar disponíveis ajudas técnicas necessárias em seu respectivo posto de trabalho para facilitar sua integração ao trabalho, levando em consideração as repercussões sobre a saúde destes trabalhadores.

As condições de trabalho, induindo o acesso às instalações, mobiliário, equipamentos, condições ambientais, organização do trabalho, capacitação, condições sanitárias, programas de prevenção e cuidados para segurança pessoal devem levar em conta as necessidades dos trabalhadores com deficiência. A regulamentação quer ainda permitir o fácil acesso de pessoas com deficiência às instalações, a adequação do mobiliário, equipamentos, condições ambientais, capacitação e cuidados com a segurança pessoal com vistas a melhorar a integração dos trabalhadores deficientes ao ambiente de trabalho.

# BRASIL: PAÍS GIGANTE SOB

O problema educacional do Brasil bateu no teto. Empurrado com a barriga por décadas, ele resultou num dos gargalos do crescimento econômico do país: a baixa

**A qualidade da Educação, portanto, apresenta-se como o grande desafio do Brasil neste começo de século, uma vez que ela promove crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social.**

escolaridade da mão-de-obra é um fator limitante de primeira grandeza. O desempenho nacional neste requisito básico de desenvolvimento é um dos mais baixos do mundo, comparado com outros países, de acordo com os dados do Pisa/OCDE (Programa Internacional de Avaliação de Alunos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Se fosse avaliada hoje, a educação básica brasileira teria uma média de 3,8 pontos numa escala que vai de zero a dez. Nos próxi-

mos 15 anos, o Brasil terá que alcançar nota seis, a mesma média dos países da OCDE, se quiser uma qualidade semelhante à de países desenvolvidos. A data fixada para que o país atinja a meta de qualidade é 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil.

No mês de março, o governo federal anunciou um novo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), popularizado como o PAC da Educação, com a garantia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que haverá uma grande revolução na educação brasileira. "Existe uma dívida de educação nacional e estadual, e isso deve ser sanado", afirmou ele.

A Educação Escolar brasileira é composta pela Educação Básica (infantil), Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior. No Censo Escolar 2005, realizado pelo MEC/Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), a educação básica apresentou 55.764.359 alunos matriculados, dos quais 48.745.170 alunos estavam na rede pública de ensino (87,41%). No ensino fundamental, são 31.915.585 alunos; no Ensino médio, 8.710.584 matrículas, sendo na rede privada 1.122.900 matrículas (12,89%).

A Educação Especial atende ao

"educando com necessidades especiais".

No Censo Escolar 2002, havia um total de 337.897 matrículas de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, sendo que 203.293 alunos estavam na rede privada (60,16%).

No Ensino Superior, o censo aponta a existência de 2.165 universidades, e o sistema privado representava 69,7% do total dos 20.407 cursos de ensino superior ofertados no país. Segundo, ainda, o censo, há 4.453.156 universitários no país, o que representa 10,9% da população de 18 a 24 anos. A maior parte das matrículas, 73%, é no setor privado e 580 mil em instituições públicas. Contudo, o percentual de brasileiros no ensino superior ainda está longe se comparado a outros países da própria América Latina, e mesmo da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que é de 30%. Na Argentina, esse índice é de cerca de 30%; no México, de 15%; na Coréia do Sul e nos EUA, próximo de 50%. Existe uma grande ociosidade de vagas nas instituições privadas, cerca de 42% do total. Em 2005, 1,8 milhão de alunos se formaram no ensino médio, enquanto o ensino superior já oferece 2,4 milhões de vagas, uma situação que era inversa há cinco anos.

Mais de 60% da população

# FRE COM EDUCAÇÃO ACANHADA

de jovens e adultos brasileiros não têm o ensino fundamental completo, um enorme obstáculo para o exercício pleno da cidadania. A extrema desigualdade econômica, aliada a mecanismos retrógrados da esfera política, perpetuam essa situação.

Embora existam mais vagas no ensino, o Ipea (Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada) diz que falta qualidade na oferta. O nível de escolaridade nacional é muito baixo: 7 anos, em média. Apesar de o ensino fundamental estar universalizado, um número maior de crianças e jovens chegou às salas de aula, e nos anos de 1990, somente 84% concluíram a 4<sup>a</sup> série e 57% terminaram o Ensino Fundamental.

Outra desigualdade apontada pelo instituto mostra que os 20% mais pobres da população possuem apenas 4,8 anos de escolaridade, em média, diante de 7,7 anos de escolaridade dos 20% mais ricos. E se não houvesse a participação das escolas privadas no sistema, o governo deveria empregar R\$ 20 bilhões de seu orçamento no setor educacional. Enquanto 5,9% da população da região Sul é de analfabetos, no Nordeste, 21,9% da população encontra-se na mesma situação, quatro vezes mais. Uma estimativa do Ministério da

Educação aponta que faltam 710 mil professores no país, cerca de 240 mil professores no ensino médio e 475 mil no ensino fundamental.

## A educação básica deverá ser a prioridade do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Somente um sexto dos alunos do ensino médio chega ao ensino superior, e há 2 milhões de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. Para o ex-ministro da Educação e senador Cristóvão Buarque, são necessários R\$ 7 bilhões anualmente para que o Brasil dê o salto necessário na educação. Ele diz que não é difícil conseguir os recursos em um país no qual a Petrobras lucrou R\$ 26 bilhões, em 2006, e o Congresso e o Judiciário gastam por ano R\$ 5 bilhões e R\$ 15 bilhões. A ideia do parlamentar é priorizar a educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias. "Primeiro alocamos os recursos que serão destinados à educação, depois discutimos quem vai perder, se o Congresso, a Justiça, as estradas ou os portos", frisa ele.

### PDE

Em seu lançamento oficial, no dia 24 de abril, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) trouxe medidas que deverão ser operadas em conjunto pela União, estados e municípios. O ministro da Educação, Fernando Haddad, destacou o apoio técnico e financeiro que o MEC oferecerá aos municípios com piores índices de qualidade do ensino. Em 12 meses, deverá ser investido R\$ 1 bilhão adicional ao orçamento para melhorar as condições educacionais dessas localidades.

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) passa a levar em conta o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar.

O índice ficará à disposição no



site, podendo ser acessados os valores dos níveis da educação brasileira em todos os municípios de cada unidade da Federação. As taxas de rendimento são medidas pelo Censo Escolar da Educação Básica, e as médias são verificadas pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e pela Prova Brasil, para avaliar a alfabetização de crianças de 6 a 8 anos, bem como a realização da Olimpíada de Língua Portuguesa, em 2008, em cerca de 80 mil escolas e 7 milhões de alunos, como a Olimpíada de Matemática.

"A meta mais importante é que o país atinja uma média compatível à de um país desenvolvido", explicou o ministro Haddad, "já que uma mudança eficiente na qualidade do ensino deve ser feita a partir de uma geração inteira. É ilusório imaginar que uma cidade muito pobre, com indicador de qualidade entre 1,5 e 2, possa chegar a um patamar de Primeiro Mundo em 15 anos", analisa.

O BNDES vai oferecer uma linha de crédito de R\$ 600 milhões para compra de ônibus e barcos para o transporte escolar. São R\$ 300 milhões para o Programa Caminho da Escola, destinado a atender alunos da Educação Básica das redes públicas na zona rural. E R\$ 300 milhões para o Proescolar: atendimento a alunos das redes estadual e municipal, das zonas rural e urbana. A indústria automobilística criou um veículo padrão, de



Senador Cristóvão Buarque

custo mais baixo, para transportar as crianças com segurança.

Está prevista ainda a informatização de todas as escolas públicas, com instalação dos laboratórios de informática até 2010. Os computadores já foram adquiridos e despachados a todas as 27 unidades da federação, em acordo com os secretários de educação, num total de 130 mil escolas e investimento de R\$ 650 milhões. Para isso, até 2008, todas as escolas públicas que ainda não possuem energia elétrica entram no programa Luz para Todos.

A instituição de um piso salarial de R\$ 850,00 para todos os professores da rede pública do país também será gradual até 2010, de forma a não comprometer o orçamento de Estados e prefeituras. Contudo, Cristóvão Buarque não acredita que o PDE seja suficiente para fazer uma revolução no setor. Ele afirma que o PAC da Educação tem pontos positivos, mas insuficientes para dar um salto nessa área no país. "Só a educação é capaz de distribuir a renda, o bem-estar e fazer um país com capital e conhecimento. Para fazer isso, são necessárias várias medidas. O MEC

precisa se dedicar à educação de base. Segundo, definir três padrões a todas as 164 mil escolas públicas do Brasil", cita ele.

Pelos dados do senador, hoje se gastam cerca de mil reais por ano por

aluno na educação pública, em contrapartida, cada menino que está na Fase (antiga Febem) custa R\$ 4,4 mil por mês, o que dá uma idéia da discrepância do sistema.

## Ensino profissional

Pelo PDE, Estados e municípios poderão apresentar propostas de adequação das escolas públicas para a oferta de educação profissional a distância. Os cursos serão estruturados para articular a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio regular. Isso pode acontecer de duas formas: o aluno terá duas matrículas, uma no médio e outra no técnico; ou ele cursará o ensino médio regular e depois o técnico. Haverá também oferta de ensino técnico vinculado à educação de jovens e adultos, inclusive para alunos do Programa

**Um ano a mais na escola pode representar, por exemplo, até 15% de acréscimo na renda de uma pessoa ao longo da vida.**

de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proejá).

O MEC pretende que todos os municípios brasileiros tenham, pelo menos, uma escola oferecendo a educação profissional. "Hoje, temos cerca de 700 mil alunos matriculados no en-



sino profissionalizante. A nossa meta é que esse número chegue a 2 milhões nos próximos quatro anos", salienta o ministro Haddad. Além disso, está sendo encaminhada pelo MEC ao Congresso Nacional – 30 anos depois de criada a Lei de Estágio, em 1977 – uma reforma das normas reguladoras do estágio. "O estágio é ato educativo. Não é expediente de precarização de mão-de-obra no país", aponta ele.

Na área da educação profissional, o PDE prevê a instalação de 150 escolas técnicas nas cidades-pólo. As cidades foram escolhidas levando em conta critérios de interiorização do desenvolvimento e de criação de oportunidades para que o jovem do interior não abandone sua cidade. Também serão criados os IFETs (Institutos Federais de Educação Tecnológica), com a missão de oferecer educação pública para fortalecer a vocação produtiva local. "Os jovens que terminam o ensino médio deveriam sair sabendo algum tipo de ofício. Nós precisamos incluir quem está em exclusão. Faculdade é para quem já saiu da exclusão e quer dar um passo adiante", sentencia ainda o senador.

Na Educação Superior, a principal meta do PDE será a ampliação do acesso. As universidades federais que abrirem ou ampliarem cursos noturnos e reduzirem o custo/aluno vão ganhar mais

verbas. Articulação entre o Fies (programa de financiamento) e o ProUni (bolsas) pode permitir financiamento de 100% das bolsas parciais do ProUni e a quitação da dívida ativa consolidada das instituições de ensino superior. O novo programa pode gerar 100 mil vagas por ano.



Ministro Fernando Haddad

nos concluam o Ensino Fundamental até os 16 anos, e 35% terminaram o Ensino Médio até os 19 anos. Será necessário reduzir as taxas atuais de evasão e repetência do Brasil, que figuram entre as mais altas do mundo.

Por fim, o investimento em Educação Básica necessário precisa passar de 3,5% para 5% do PIB até 2022.

## RGS

No Rio Grande do Sul, a Secretaria Estadual da Educação (Seduc) também procura uma parceira na construção

### Inclusão

Em 2005, 72% das crianças freqüentavam a Pré-Escola, 97% o Ensino Fundamental e 81%

Ensino Médio, e pelo menos uma a cada quatro crianças entre 4 e 7 anos encontrava-se fora da pré-escola e 19% dos jovens não estavam matriculados no Ensino Médio. A permanência e sucesso escolar influenciam diretamente, de forma positiva, o futuro das crianças e jovens. Um ano a mais na escola pode representar, por exemplo, até 15% de acréscimo na renda de uma pessoa ao longo da vida.

A alfabetização verdadeira das crianças e jovens é pré-condição para seu sucesso na escola, bem como que ela aconteça em idade apropriada, caso contrário o processo de aprendizagem poderá ser irremediavelmente comprometido.

A qualidade da Educação, portanto, apresenta-se como o grande desafio do Brasil neste começo de século, uma vez que ela promove crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social. Atualmente, apenas 52% dos alu-



## TODOS PELA EDUCAÇÃO, UMA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Junto com o lançamento do PDE, o presidente Lula também assinou o compromisso do movimento Todos Pela Educação (TPE). Representantes da sociedade civil, da iniciativa privada, organizações sociais e gestores públicos se uniram numa aliança que garanta Educação Básica de qualidade para todos os brasileiros até 2022. O TPE não é um projeto de uma organização específica, é um projeto de Nação.

### O TPE definiu cinco metas:

- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
- Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
- Todo aluno com aprendizado adequado à sua série;
- Todo aluno com o Ensino Médio concluído até os 19 anos;
- Investimento em Educação garantido e bem gerido.

de um Saers (Sistema de Avaliação Estadual da Educação no Rio Grande do Sul) com as redes municipais e particulares de ensino. A avaliação, que já foi aplicada em turmas das redes municipais, em 2005, deve ser novamente realizada em novembro deste ano, em turmas de 2<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental de oito anos (ou 3<sup>º</sup> e 6<sup>º</sup> anos do Ensino Fundamental de nove anos) e, também, em uma série do Ensino Médio ainda não estabelecida. A prova terá questões de Português e Matemática.

"Mais do que constatar a baixa qualidade da educação brasileira, é preciso identificar o que influencia a aprendizagem dos alunos", afirma a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu. Para a secretária, melhorar a qualidade da educação ultrapassa a simples denúncia das dificuldades da escola ou propostas que buscam superar os problemas apenas com mais recursos ou melhores

salários para os professores.

De acordo com Mariza, "depois da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o Compromisso Todos pela Educação é o acontecimento recente mais importante da educação brasileira".

Segundo a PNAD/2005 (Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio), os salários médios dos professores da rede pública estadual são maiores do que em Santa Catarina, mas o IDEB de SC é maior que o gaúcho na 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries e igual na 3<sup>a</sup> série do médio.

Os salários dos professores municipais de Porto Alegre são maiores que os dos estaduais e os resultados da Prova Brasil das escolas estaduais são melhores que

os dos municipais.

"É verdade que qualidade tem preço, mas também é certo que maior custo por aluno não garante necessariamente mais aprendizagem", cita ainda Mariza. Finlândia e Irlanda têm melhores resultados com menores custos do que, por exemplo, os Estados Unidos. Entre 40 países do Pisa, o Brasil tem ficado nos últimos lugares, atrás de nações emergentes como o México.

No IDEB, a educação gaúcha fica em 6º lugar na 4<sup>a</sup> série, atrás de SP, DF, PR, MG e SC, e em 3º lugar na 8<sup>a</sup> série, depois de SP e SC, junto com PR e ES. No ensino médio, o RS mantém o 1º lugar no SAEB, mas tem taxas de repetência e evasão maiores do que as nacionais. Na Prova Brasil 2005, entre as capitais dos Estados e o DF, em Português e Matemática as escolas estaduais

da capital dos gaúchos ocupam respectivamente 5º e 4º lugares na 4<sup>a</sup> série e 12º e 13º lugares na 8<sup>a</sup> série; e as escolas municipais de Porto Alegre ocupam 11º e 10º lugares na 4<sup>a</sup> série e 22º e 20º lugares na 8<sup>a</sup> série.

"Não haverá qualidade enquanto a educação for tema apenas de governantes e professores, e

não uma preocupação de alunos e pais, empresários e meios de comunicação, enfim, de toda a sociedade", sentencia ela.



Secretaria de Educação Mariza Abreu



Revista do Sescon/RS



# VELOCIDADE DO MERCADO

## IMPULSIONA ATIVIDADE DAS PROMOTORAS DE VENDAS

As promotoras de vendas que atuam no segmento não-bancário têm como mercado relevante a prestação de serviços e a promoção de vendas e não integram o sistema financeiro, mesmo que seus serviços sejam promoção e venda de operações de crédito e financiamento ao consumidor. Esse segmento surgiu para atender a demanda do mercado, que precisava de um canal comercial apropriado para modernizar e racionalizar sua estrutura de atendimento na intermediação e encaminhamento das propostas de crédito. Elas estão atualmente espalhadas por todo o país, e prestam serviços ao comércio e ao mercado consumidor.

O segmento se relaciona com as instituições financeiras encaminhando pedidos de financiamento, fazendo a análise de crédito e de cadastro, com execução de cobrança amigável e extrajudicial, respeitando, entretanto, os valores, condições e prazos dos contratos celebrados com o credor ou financiador. Estima-se que o volume de novas concessões de crédito realizadas no segmento não-bancário foi, em 2003, de R\$ 47 bilhões, ou seja, realizadas pelas promotoras de vendas.

De acordo com parecer do Conselho de Organização

Sindical (Copos), o fato de prestarem serviços às instituições financeiras não serve para uma equiparação, uma vez que suas atividades não são privativas de instituições financeiras, já que elas se enquadram como assessoramento, assistência e prestação de informações.

O comércio é uma atividade dinâmica e inovadora, e se adequa com muita criatividade e velocidade às mais diversas situações: excesso de demanda, falta de mercadoria, falta ou deficiência de linhas de crédito, políticas econômicas governamentais recessivas ou expansivas, inadimplência, entre outras.

Satisfação para o consumidor por ter seu sonho de consumo realizado imediatamente, e também para o comerciante por vender mais, contribuindo igualmente para que o país experimentasse um desenvolvimento mais rápido. Um desses exemplos é a Losango Promoções de Vendas Ltda. Segundo Henrique Freyha, presidente da empresa, há mais de 35 anos no mercado de crédito ao consumo, a Losango atualmente conta com 305 lojas em todo o país. A Losango é a empresa de crédito popular do Grupo HSBC no Brasil desde outubro de 2003. Conta com 17 milhões de clientes e carteira de crédito de R\$ 3,5 bilhões em 2005. Tem parceria com 20 mil lojistas no Brasil e espera credenciar cerca de 30 mil estabelecimentos comerciais para aceitar pagamentos com seus cartões em 2007.

Foi para conciliar a velocidade do comércio com o processo mais complexo do sistema financeiro, que surgiram equipes especializadas na prestação de serviços de identificação, registro e cadastramento de possíveis candidatos a operações de crédito, nas diversas modalidades existentes, fundamentadas na filosofia de crédito e disposição de correr riscos de cada um dos financiadores, aplicando os critérios de avaliação e procedimentos de segurança de seu interesse.

**A categoria de promotoras de vendas é representada pelo Sescon/RS conforme enquadramento do Copos.**

# REFORMA TRABALHISTA



A geração de emprego é uma das principais bandeiras de sua gestão no Ministério do Trabalho e Emprego. Um dos instrumentos já anunciados é o da desoneração da folha de pagamento. Quais os pontos principais da proposta que está sendo elaborado?

Hoje temos na informalidade mais de 40 milhões de trabalhadores brasileiros. Precisamos construir alternativas para inserir esses trabalhadores no mercado formal de trabalho. Estamos tendo recorde de geração de postos de trabalho, só em março foram quase 150 mil novas vagas, porém, precisamos avançar ainda mais. Tenho buscado alternativas, e a

precisa estar amarrada à reforma tributária

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Luppi, acredita que é possível encontrar alternativas para desonerar a folha de pagamento sem passar pela redução de direitos dos trabalhadores. Ele falou em entrevista exclusiva à Revista do Sescon/RS e garantiu que a prioridade de ação na pasta é a geração de novos empregos. Quanto à Emenda 3, ele justifica por que o governo se posiciona contra.

desoneração de encargos para empresas que geram mais postos de trabalho é uma delas. Eu acho importante a redução de impostos sobre a folha salarial, mas para isso é necessária a contrapartida das empresas, que é a geração de empregos de qualidade.

Segundo declarações já publicadas, o senhor é contra qualquer reforma na legislação trabalhista que implique prejuízo aos trabalhadores. Essa posição não se contrapõe à proposta de geração de empregos?

Para gerar empregos não é preciso retirar direitos dos trabalhadores. Precisamos mudar essa visão de que reforma trabalhista se resume na retirada de direitos. Ela tem que ter um novo enfoque. Que trabalhador gostaria de ter o seu 13º dividido em doze prestações? Qual mulher, mãe, que está trabalhando, abriria mão da sua licença-maternidade? Por isso acho

que o enfoque está mal colocado. A reforma trabalhista necessita ter uma reforma tributária amarrada a ela, ou seja, diminuir a quantidade de impostos que hoje estão sob a folha de pagamento. Os micros e pequenos empresários não estão conseguindo manter a carga tributária. Minha intenção é motivar as pequenas empresas a contratar trabalhadores.

**Hoje, a maioria dos trabalhadores está na informalidade, à margem da proteção trabalhista. A legislação do trabalho, engessada e detalhista, não é uma das principais causas deste fenômeno?**

Eu disse, quando assumi o Ministério, que a inclusão de trabalhadores no mercado formal seria uma das minhas bandeiras. Se tivermos de fazer uma reforma para facilitar a contratação de trabalhadores, faremos. Por que não? A legislação é antiga e o mercado vem se modernizando, nada mais normal que essa legislação acompanhe os tempos atuais. É necessário incentivar a contratação de trabalhadores e a redução da informalidade, mas claro, para isso, precisamos capacitar o trabalhador. Investir na qualificação e profissionalização, preparar o trabalhador para os empregos que aparecerem, isso é uma prioridade para mim.

**O domingo passou a ser o segundo dia mais importante de compras no comércio varejista. Muitas empresas de prestação de serviços funcionam no domingo para auxiliar o comércio e utilizam empregados, mesmo não tendo autorização do Ministério do Trabalho. Existe a possibilidade de inclusão das empresas prestadoras de serviços entre aquelas que estão autorizadas a funcionar aos domingos com empregados?**

Acabamos de mediar com sucesso um acordo entre os representantes dos trabalhadores e empregadores do comércio, que concordaram em estabelecer um rodízio de dois domingos trabalhados para um domingo de folga. A abertura das lojas



aos domingos é algo que já foi incorporado pela sociedade, não há como voltar atrás. No entanto, era preciso garantir uma solução negociada e preservar os direitos dos trabalhadores. Há três anos as duas partes não chegavam a um acordo e o governo cumpriu seu papel de mediador, ajudando a encontrar o caminho do consenso. Esse tipo de negociação mostra a maturidade das partes envolvidas e faz o Brasil evoluir.

**O governo federal, na primeira gestão do presidente Lula, já tentou elevar o pagamento de tributos pelas empresas prestadoras de serviços de profissionais especializados, mas foi barrado pelo Congresso Nacional. Porém a fiscalização, tem autuado empresas sob a alegação que a relação mascara vínculo de emprego. Uma das reações do Congresso ao abuso do Executivo foi a adoção da chamada Emenda nº 3. Como o senhor analisa este cenário?**

A nossa posição é de apoio ao veto presidencial. Considero fundamental esse veto para garantir a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. A Emenda 3 impede que auditores fiscais definam que tipo de relação de trabalho foi estabelecida entre o empregado e o empregador. Esse reconhecimento dependeria de uma decisão da Justiça do Trabalho. Como os auditores poderiam autuar, por exemplo, fazendeiros que não pagam salários e outros direitos trabalhistas ou empresas que condicionam a contratação de funcionários à criação de pessoas jurídicas? O que significa isso? Burlar a legislação, não pagar os direitos trabalhistas, não depositar o Fundo de Garantia. Como o governo pode admitir isso? Agora, podemos discutir um projeto de lei para casos específicos, que precisem de um tratamento especial. Estou aberto à discussão. Podemos montar um mecanismo, discutindo uma maneira de não haver prejuízo, tanto para a fiscalização quanto para as empresas.

# GREVE GERAL

## contra a Emenda nº 3

Greve geral é um conceito conhecido. Trata-se de um remédio extremo, adotado como forma de pressão contra uma medida que afeta toda a coletividade de trabalhadores. Já a Emenda nº 3 e principalmente os efeitos da manutenção ou não do veto do Presidente Lula são conhecidos por poucos, em que pese o assunto ocupar as manchetes dos jornais há mais de 60 dias.

Neste cenário, poucos compreenderam a ameaça feita em palanque pelo Presidente da Força Sindical, o deputado federal pelo PDT Paulo Pereira da Silva, de que os trabalhadores chegariam até a greve geral pela manutenção do voto. Também foram poucos os que entenderam o discurso da Força Sindical na festa do 1º de maio: defesa do meio ambiente como prioridade, ataque à comunidade gay (segundo o deputado Paulinho, o assunto meio ambiente, que antes era tratado por "veados", agora diz respeito aos trabalhadores), e nada dos discursos inflamados contra o Governo Lula dos últimos anos.

As manifestações contra a Emenda nº 3 realizadas pela Força Sindical e pela CUT, chegando ao extremo de levar o caos ao transporte público de São Paulo, demonstram que as duas grandes centrais, comprometidas com o Governo Federal, perderam de forma constrangedora suas bandeiras de luta. A CUT se confunde com o PT e com o próprio Governo, tanto que seu presidente, depois de ocupar a pasta do Trabalho, agora comanda a Previdência. A Força, por outro lado, é tida como a base política do PDT, que foi no "velho novo Governo" agraciado com o Ministério do Trabalho. Finalmente, é dado como

certo que o Governo repassará para suas parceiras – centrais de trabalhadores – a metade do que hoje recebe da contribuição sindical, o que segundo informações da Revista Consultor Jurídico importaria em R\$ 100 milhões. As centrais, no jargão sindical, se alegaram. Assim, a Emenda nº 3 caiu no colo, sendo supervalorizada, e tem servido como elemento de marketing das centrais, que estavam desorientadas, com seus "militantes", contratados ou não, em verdadeiro estado de ócio.

É preciso descortinar a discussão a respeito da Emenda nº 3. O Governo Federal, com seu apetite de tributar insaciável, desde há muito tenta onerar os prestadores de serviços; iniciativas estas que têm sido barradas pelo Congresso. Derrotado, mas não convencido, o Executivo Federal, agindo como se Judiciário fosse, lançou armas através da fiscalização, "julgando" como de trabalho contratos de prestação de serviço firmados entre prestadores e empresas tomadoras. Entraram em campo os fiscais da receita, previdência e do trabalho, todos vestidos de preto e com apito na mão.

O Legislativo contra-atacou com a inclusão no art. 129 da Lei nº 11.196/05 (a lei teve origem em MP do Executivo – "MP do Bem") de regra segundo a qual "a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística e cultural, em caráter personalíssimo ou não, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas". O dispositivo é um exagero e certamente será interpretado pelo Judiciário à



**Assim, a Emenda  
nº 3 caiu no colo,  
sendo supervalori-  
zada, e tem servido  
como elemento de  
marketing das  
centrais.**

# É preciso descontinuar a discussão a respeito da Emenda nº 3. O Governo Federal, com seu apetite de tributar insaciável, desde há muito tenta onerar os prestadores de serviços; iniciativas estas que têm sido barradas pelo Congresso.

luz de todo o ordenamento jurídico brasileiro. Parece, contudo, que somente com exagero se pode responder ao Executivo, que insiste em extrapolar das suas funções de fiscalização, em sua sanha alucinada pelo aumento da arrecadação fiscal.

A Emenda nº 3 foi incluída na norma de criação do "Super Receita" dentro da mesma lógica, estabelecendo que no exercício das atribuições da autoridade fiscal, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial. O componente do exagero está presente, principalmente se a medida for vista sob a ótica do trabalhador hipossuficiente forçado a constituir uma pessoa jurídica para fraudar a legislação do trabalho. O endereço, contudo, é outro. São os prestadores de serviços intelectuais. Sancionado o parágrafo incluído pelo Congresso Nacional, certamente o Judiciário agiria com equilíbrio na sua aplicação, respeitada a intenção verdadeira do legislador.

A tônica do exagero e da histeria é que tem alimentado a discussão. A derrubada do veto não resultará em precarização das relações do trabalho como apregoam as Centrais e o Executivo. De outra parte, a manutenção do veto não afastará de forma definitiva os prestadores de serviços das garras do Executivo que tributa com exagero. O assunto está supervalorizado.

A única certeza que fica é de que devemos mandar um recado ao Chefe do Executivo e as suas centrais de trabalhadores. Parafraseando os competentes marketeiros do PT: "Lula, deixa os prestadores de serviços trabalharem".

Flávio Obino Filho

# Comitê Setorial de Serviços SESCON/RS-PGQP

**Curso**

## Planejamento Estratégico

O curso Planejamento Estratégico, ministrado pelo consultor Darcy Cabral, realizado no período de 21 a 24 de maio, teve como objetivo proporcionar aos participantes ferramentas e recursos que lhes permitam elaborar o planejamento estratégico de sua empresa. Seu programa abordou pontos importantes como o exame da cultura da organização, variáveis do macroambiente, pontos fracos e fortes, ameaças e oportunidades, estratégias e planos de ação.

## INTERIORIZAÇÃO

**13/04**

Visita de comitiva do Sescon/RS ao Escritório Regional da entidade, em Bento Gonçalves, com o objetivo de levantar necessidades e planejar novas ações na região.

**21/05/2007**

Instalação do Escritório Regional do Sescon/RS, em Taquara, na sede da Associação dos Contabilistas do Vale do Paranhana. Estiveram presentes no evento o presidente da OAB Subseção de Taquara, o delegado regional da Secretaria da Fazenda estadual, membros da ACON e da diretoria do Sescon/RS. Também foi nomeada a diretora regional de Taquara, Regina Heidrich.

**21/05/2007**

Realização da palestra "Liderança: Como Comandar uma Equipe Vitoriosa", ministrada pelo consultor Sérgio Pureza, em Taquara.

## 41º Reunião da Qualidade RS

O Comitê Setorial de Serviços Sescon/RS esteve presente na 41º Reunião da Qualidade RS, promovida pelo Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, no dia 4 de abril de 2007. O presidente do comitê, Luiz Carlos Bohn participou da Reunião-Almoço com os presidentes de comitês e os coordenadores da Sessão Fechada para comitês, onde receberam informações importantes com relação ao PGQP.



Assinatura do Termo de Parceria Operacional, pelos Presidentes do Sescon/RS e ACON

Destaques do Ano 2006 - Jornal do Comércio

# HOMENAGEIA SESCON/RS

O Sescon/RS foi agraciado, no dia 25 de maio, com o prêmio do Jornal do Comércio, como a Entidade Destaque pela sua contribuição para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, na 21ª edição do prêmio Destaques 2006.

O presidente da entidade, Luiz Carlos Bohn, recebeu o troféu em nome do Sescon/RS. Foram premiadas 16 empresas, entidades e personalidades que se destacaram em suas áreas de atividade e contribuíram para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul em 2006. Além das inúmeras autoridades presentes ao evento, a governadora do Estado, Yeda Crusius, também prestigiou a solenidade.

O jornal comemorou também nessa mesma data o seu aniversário e o dia da Indústria. Os homenageados receberam uma escultura assinada pelo artista plástico gaúcho Xico Stockinger. Em 2007, o JC chega aos seus 74 anos ininterruptos de publicação, tornando-se uma valiosa fonte de informação

na área econômica, política, cultural e cotidiana dos gaúchos. Além do Sescon/RS, os premiados foram: Magazine Luiza (no Comércio), Tedesco (Construtora), Frederico Gerling (Pucrs), Educação (Senac 24 Horas), Clovis Tramontina (Empresário do Ano), Doux Frangasul (Exportação), Fernando Carvalho (Gestão), Vinícola Salton (Indústria), Compacta Encomendas Expressas (Logística), Pousada Temática das Missões (Microempresa), Yeda Crusius (Política), Ivo Nesralla - Instituto de Cardiologia (Saúde), Instituto Wal-Mart (Social), Tecnopuc (Tecnologia) e o ator Walmor Chagas (Destaque Especial).



O presidente da Federação das Indústrias do RS (Fernão), Paulo Tigue, entrega premiação ao presidente do Sescon/RS, Luiz Carlos Bohn, pelo destaque à Entidade Destaque.



Gonçalo Magalhães Luiz • Lúcia Halena Trajano • Construtora Tedesco • René Tedesco Silber • Cultura Frederico Gerling (PUCRS) • Educação Senac 24 Horas • José Paulo de Rosa • Empresário do Ano • Clóvis Tramontina • Tríduo das Sessões • Luiz Carlos Bohn • Exportação Doux Frangasul • Antônio Vigozzi • Gessello • Fernando Carvalho • Indústria Vinícola Salton • Daniel Salton • Logística Compacta Encomendas Expressas • Cláudio Dallingshausen • Microempresa Pousada Temática das Missões • Carlos Augusto Alves • Político • governadora Yeda Crusius, Saúde • Ivo Nesralla [Instituto de Cardiologia], Social Instituto Wal-Mart • Paulo Mendes, Tecnologia TecnoPuc • Joséquin Gostat, Destaque Especial • Walmor Chagas (Ator)

# Fazendo a NOSSA parte

O aquecimento global tem sido o grande tema de matérias jornalísticas nos últimos tempos. Basta abrir uma revista e, pum!, o triste prognóstico dos anos futuros cai sobre nós como uma pedra. É preciso fechar os olhos para que se desconheça os números, os avisos e os perigos que rondam o planeta. Alguns anos atrás, esses sinais vermelhos piscavam apenas nas páginas das revistas científicas — o resto do mundo vivia um oba-oba despreocupado, e a última vez que a maioria de nós pensou nisso foi quando os CFCs foram banidos dos aerossóis (que continuam por aí, só que sem conter esse gás, o que prova que para tudo há alternativa viável).

A coisa mudou: discute-se o aquecimento global nos telejornais, nas revistas de moda (pois a moda agora é ser ecológica), até nos programas de televisão. Ou seja: só não conhece o assunto quem não quer. Sabemos que os mares vão subir drasticamente — é claro que, se nos unirmos trabalhando juntos, países pobres e ricos, tropicais ou temperados, cristãos ou muçulmanos, o nível das águas pode ser controlado. Se trabalharmos a tempo, as calotas polares serão salvas do completo derretimento, evitando que o nível oceânico suba os temidos seis metros que alagariam regiões inteiras, desalojando centenas de milhares de seres humanos e animais, e condenando ao fim

ecossistemas in-

teiros.

Temos pela frente um desafio cotidiano, mas mudar os contornos dos nossos hábitos não significa abandoná-los. Lâmpadas de baixo consumo, papel reciclado, lixo separado, carro na garagem um dia por semana — uma pequena ajuda ao alcance de todos. Um olhar novo, timidamente consciente. Um olhar que quero dividir porque venho praticando, um olhar que quero multiplicar. Não podemos tomar decisões políticas importantes, não somos cientistas nem donos de conglomerados financeiros, mas vivemos, respiramos, pisamos este chão e consumimos. Podemos, assim, dar a nossa contribuição e o nosso exemplo. E podemos, mais do que tudo, dar o nosso não. Não ao desperdício, não ao excesso de embalagens, de sacolas plásticas, de lixo abandonado pelas ruas, praças e praias. Não à preguiça que nos faz tomar um elevador para evitar dois lances de escadas (e depois correr à academia pra malhar).

Enquanto os governantes e cientistas reúnem-se e preparam leis e definem diretrizes, vamos fechar nossas torneiras ao escovar os dentes. Já é um bom começo. Pois, apesar de todo o alarido sobre o problema do aquecimento global, tenho certeza de que muita gente ainda não caiu na real.

Leticia Wierzchowski



# Desenvolvemos a melhor tecnologia do mercado: a relação entre pessoas.

Pessoas entendem de números, não o contrário. Por isso criamos softwares pensando nelas, em suas necessidades. Desenvolvemos sistemas diferentes para empresas e escritórios contábeis, com funções e recursos totalmente voltados para cada tipo de exigência. O que muitos chamam de venda, nós chamamos de relacionamento.

**0800 015 4400**

SP: Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos PR: Curitiba RJ: Rio de Janeiro RS: Porto Alegre



[www.folhamatic.com.br](http://www.folhamatic.com.br)

Conheça algumas soluções Folhamatic:



Para Seu Escritório

- e-CRM Contábil
- Folia de Pagamento
- Escolla Fiscal
- Impostos
- Livro Caixa
- Contabilidade
- LALUR
- Ativo Imobilizado
- Administrador de Escritório Contábil
- Cálculo de Impostos em Atraso
- Fiscalmetro completo



Para Sua Empresa

- Finançario/FISbank
- Contas a Pagar
- Contas a Receber
- Fluxo de Caixa
- Controle Bancário
- Faturamento
- Estoque de Materiais Primes
- Estoque de Produto Final
- Ordem de Produção



Uma empresa feita por pessoas

**Se agilidade e qualidade são importantes para você,  
OU você já é usuário do FISCOsoft On Line,  
OU deveria tornar-se um.**

## **Você e sua empresa só tem a ganhar.**

Se sua empresa precisa de um serviço de **informações fiscais e legais** que lhe poupe tempo e garanta atualização, informe-se sobre os preços e condições especiais para junho e julho e assine o FISCOsoft On Line.

### **Qualidade no tratamento das informações**

Todo o conteúdo jurídico e contábil do **FISCOsoft On Line** é tratado, organizado, comentado e elaborado por grandes especialistas. Os atos legais são pesquisados das fontes oficiais diariamente. É informação imediata, com o toque personalizado de consultores da área: comentários exclusivos, notas de alteração e links para navegação.

### **Agilidade na localização dos assuntos**

Para facilitar a consulta ao extenso banco de dados do **FISCOsoft On Line**, o assinante conta com eficazes mecanismos de busca (pesquisa avançada, novo buscador: **BUSCA-FÁCIL** etc) além do apoio da **Equipe de Suporte de Navegação** através de telefone, e-mail e chat.

### **Praticidade no manuseio do conteúdo**

O acervo on line elimina gastos com espaços de armazenamento e permite recuperar instantaneamente a informação necessária. Além disso, o **FISCOsoft On Line** oferece uma solução personalizada para impressão: o **FISCOsoft Impresso**, que abrange somente os Estados, Municípios e áreas da legislação que interessam a cada Assinante.

### **Satisfação total do Assinante**

Recente pesquisa de satisfação confirmou que 95% dos usuários estão muito satisfeitos com a qualidade dos serviços **FISCOsoft**. Além disso, nosso índice de renovação de assinatura é superior a 90%.

Adquira a confiabilidade e agilidade necessárias ao ótimo desempenho profissional: assine agora o **FISCOsoft On Line** e aproveite as condições exclusivas para novas assinaturas.

E enquanto você decide, usufrua gratuitamente e sem compromisso do acesso ao site e entenda por que somos diferentes.

**Acesse: [www.fiscosoft.com.br/sesconrs](http://www.fiscosoft.com.br/sesconrs)**

e ganhe uma cortesia de acesso por **30 dias**,  
ou ligue para (11) 3214-5800



**FISCOsoft On Line**

Qualidade e precisão em informações fiscais e legais  
Credibilidade nas áreas tributária, trabalhista e previdenciária

\* Esta promoção só é válida para usuários não cadastrados no site.  
O período de acesso gratuito deverá ser utilizado até 30/09/2007

